

Weffort critica corporativismo em debate sobre jornalistas

Da Reportagem Local

A crítica à obrigatoriedade do diploma universitário específico para o exercício da profissão de jornalista, considerada uma tradição corporativista "muito brasileira e também muito ibérica" — como afirmou o cientista político Francisco Weffort, secretário-geral do PT — foi um dos temas que marcaram anteontem o primeiro de uma série de dois debates promovidos pela Folha, em seu auditório, sobre a decisão do comitê temático sobre direitos e garantias individuais da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em favor da extinção da obrigatoriedade do diploma para jornalistas.

Além de Weffort, participaram do primeiro dia de discussão o jornalista Carlos Nascimento, da Rede Globo, o jornalista José Hamilton Ribeiro, editor do programa "Globo Rural" e da revista de mesmo nome, e o jornalista Clóvis Rossi, repórter especial da Folha. A mediação da discussão foi feita pelo jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, secretário de Redação deste jornal e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

À seguir, publicamos um resumo de trechos importantes do debate de anteontem, em que dois dos debatedores — Francisco Weffort e Clóvis Rossi — foram favoráveis à proposta de extinção da obrigatoriedade do diploma e os outros dois — Carlos Nascimento e José Hamilton Ribeiro — declararam-se contra.

Carlos Eduardo — Nesta primeira fase, cada um dos debatedores terá cinco minutos para expor sua posição e argumentos com relação ao assunto em discussão. Para começar, passo a palavra para o jornalista Carlos Nascimento.

Carlos Nascimento — Eu não sei como surgiu esta discussão sobre o diploma. Foi uma coisa meio mágica e parece que um pouco ilegítima também. A categoria dos jornalistas, pela Federação Nacional e pelos sindicatos, no momento não pleiteia a discussão sobre o tema. Também discuto se isso é um assunto para se levar no fórum principal da vida do país, que é a Assembleia Nacional Constituinte. Me parece uma questão muito interna e que deveria ser debatida antes dentro da classe dos jornalistas.

Quando aos argumentos apresentados até agora pelo fim da obrigatoriedade do diploma, eu não encontrei até agora nenhum que me convencesse. Alguns argumentos parecem até piada de português, como aquele de que as escolas não formam bons profissionais, então acabemos com o diploma, ao invés de melhorarmos as escolas. A minha preocupação maior

Folha publica amanhã a 2ª parte do debate

Da Reportagem Local

Na edição de amanhã, a Folha publicará os principais trechos da segunda parte do debate, realizada ontem em seu auditório, sobre a proposta aprovada pelo comitê temático da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

O debate de ontem teve a presença do jornalista Mauro Santayana, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e um dos autores da proposta pela extinção da obrigatoriedade do diploma, de Audálio Dantas, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, do professor José Marques de Mello, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, e de Matinas Suzuki Júnior, editor da "Ilustrada". A discussão foi mediada por Carlos Eduardo Lins da Silva, secretário de Redação da Folha e professor da ECA-USP. Estiveram presentes aproximadamente setenta pessoas.

não é com os grandes centros. Os grandes jornais, se tiverem que recrutar jornalistas fora do âmbito universitário, certamente terão critério para fazê-lo. A nossa preocupação deve ficar fora do eixo Rio-São Paulo. Fora daí, todo mundo é jornalista, todo mundo tem jornal, escreve em jornal, mesmo com a profissão regulamentada. Eu fico pensando o que é que não vai acontecer se a única salvaguarda que nós temos, que é a obrigatoriedade do diploma, desaparecer de uma vez. O diploma não garante que você vai ter um jornalista de boa qualidade, mas ele evita muito os de má qualidade, os picaretas. O diploma é uma vacina que foi aplicada para garantir uma certa dignidade na carreira de jornalista. E sendo uma conquista, ela não pode ser abandonada nesta hora.

Reserva de mercado

Francisco Weffort — Como professor universitário, penso que as escolas de Jornalismo deveriam ser prestigiadas, estimuladas, melhor instrumentalizadas. Agora, penso que não há razão para a existência de uma reserva de mercado para os formados em Jornalismo. Assim como entendo que, no geral, nós teríamos que discutir muito detalhadamente aquelas profissões para as quais se apegava uma reserva de mercado. O argumento geral que eu tenho apresentado — e neste sentido a questão tem relação sim com a Constituinte e a Constituição — é de crítica a uma tradição corporativista, muito brasileira e também muito ibérica. A nossa formação cultural é acentuadamente corporativista. O que é que isso significa? Significa que nós somos uma sociedade com padrões culturais que tendem a reforçar as fronteiras das corporações de ofício. O corporativismo é uma maneira pela qual o setor profissional da sociedade busca erguer barreiras legais que preservem a ele aquele território. No meu entendimento, deveria haver certos critérios para a lei garantir reservas de mercados profissionais. Aquelas profissões que dizem respeito à saúde, à vida das pessoas, têm que estar garantidas com reservas de mercado, caso contrário isso pode significar ameaças diretas à vida das pessoas pelo mau exercício da profissão. É justificável também a existência da reserva de mercado para advogado, para juízes e para o exercício de certas funções profissionais ligadas à polícia. Quanto às profissões ligadas à informação, as de caráter artístico e criativo, penso que não devemos nos preocupar em erguer estas barreiras até para termos maior criatividade, maior desenvolvimento destas funções dentro da sociedade.

Clóvis Rossi — Eu sou a favor da eliminação da exigência de diploma de Jornalismo, mas acho que se deve exigir diploma universitário, seja de Jornalismo, de Direito, de Ciências Sociais, de História, porque caso contrário aí sim você vai abrir a porta para a picaretagem. E também não concordo com a colocação do tema na Constituição. Tenho uma informação importante a dar: ontem (quarta-feira), em Vitória, o jornalista Mário Martins, que é membro da Comissão de Estudos Constitucionais, informou que esta proposta da Comissão será objeto de uma emenda supressiva no plenário da Comissão. Ela foi aprovada em uma comissão temática, mas tendo uma emenda supressiva ela sai do debate constitucional.

Sobre o assunto em si, se o diploma não garante jornalista de boa qualidade, como disse o Nascimento, eu não vejo por que você deve reservar o mercado para pessoas que necessariamente não terão essa boa qualidade. É por isso que defendo a extensão do exercício da profissão a qualquer formando em escola de nível superior. Com isso, você abrirá as empresas de comunicação a possibilidade de ampliar seus quadros com a gente de melhor qualidade, de melhor postura profissional, de melhor postura crítica, conseguindo um trabalho de informação muito mais sólido, mais consistente. As escolas de Jornalismo não podem dar aos seus alunos a formação necessária para enfrentar a complexidade e a universalidade de temas com que o jornalista lida hoje.

Liberdade de Expressão

José Hamilton Ribeiro — Desde a regulamentação da profissão, o jornalismo brasileiro melhorou muito. Antes, o jornalista era recrutado entre pessoas sem rumo, boêmios e poetas. Segundo ponto: as escolas de Jornalismo são muito ruins, mas escola nenhuma, se fecha, melhora. Terceiro ponto: a regulamentação da profissão é resultado de uma luta de vinte anos, da qual os jornalistas de hoje não abrem mão. Quarto ponto: não tem nada a ver regulamentação profissional com liberdade de expressão. Por acaso o fazer seu editorial o diretor pergunta a opinião dos revisores ou do repórter? Quem tem direito à opinião na imprensa são os donos, ou os jornalistas comissionados e confiáveis por sua lealdade, os cronistas e columnistas amestrados, os colaboradores que as empresas podem chamar à vontade. Quinto ponto: no Brasil ainda há professores leigos, dentistas leigos e felicitadores por estas "serras peladas" da vida. Por outro lado, nos Estados do sul os professores são titulados e sofisticados. Temos dois brasis. E qual desses dois brasis a gente quer no caso dos jornalistas? Que seja um jornalista titulado e instrumentalizado, ou que seja um jornalista do Piauí ou do Mato Grosso do Norte, onde nem tem escola? Sexto ponto: alguns babas-queiras dizem que a lei do diploma, assinada pelo governo militar, é por isso uma lei fascista. Se isso é verdade, também será verdade que a lei que obrigou a fluoretação da água, em todas as grandes cidades, e a lei que deu previdência social aos trabalhadores do campo, também são fascistas, já que também foram feitas durante o regime militar.

Carlos Eduardo — Começaremos agora a segunda parte do debate, em que cada componente da mesa pode fazer uma pergunta para cada um dos outros debatedores. Podemos começar com o Carlos Nascimento.



CARLOS NASCIMENTO

O jornalista Carlos Nascimento, 31, da Rede Globo de Televisão, nasceu em Dois Córregos, a 223 km de São Paulo. Iniciou sua carreira aos treze anos no jornal "O Democrático" e na Rádio Cultura, ambos em sua cidade natal. Curso de Jornalismo na Fundação Cásper Líbero, em São Paulo.

Na antiga Rádio Nacional paulista (atual Rádio Globo), foi setorista de trânsito, passando em seguida para a reportagem. Contratado pela Rede Globo em 1977, recebeu dois prêmios Herzog por suas reportagens sobre fugas de presidiários em São Paulo. Trabalhou ainda nos programas "Globo Repórter" e "Globo Rural".



FRANCISCO WEFFORT

Francisco Corrêa Weffort, 48, secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, é cientista político e professor titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Ceced).

Seu mais recente livro, editado em outubro de 1984, "Por que Democracia?", pela Brasiliense, trata dos conceitos de democracia e revolução na história brasileira recente. Escreveu, também, "O Populismo na Política Brasileira", editado pela Paz e Terra.

Carlos Nascimento — Minha pergunta é dirigida ao Clóvis Rossi. Será verdade mesmo que a mão-de-obra piorou tanto assim depois que se instituiu o diploma obrigatório? O recrutamento de hoje está sujeito a gente de tão baixa qualidade quanto pretendem demonstrar algumas pessoas que pedem o fim do diploma?

Clóvis Rossi — Eu acho que a evolução, se houve, foi tão pequena que não se justifica a manutenção da reserva de mercado. Se você tivesse há vinte anos atrás a reserva de mercado apenas para os formados em Jornalismo, alguns nomes brilhantes do jornalismo brasileiro, como Ricardo Kotscho, não teriam acesso à profissão, porque não têm diploma de Jornalismo. Poderia citar um monte de outros nomes, como Mino Carta, Cláudio Abramo etc.

Carlos Nascimento — Me dirijo agora ao José Hamilton. Como eu disse antes, a Folha e o "O Estado" vão ter critérios para contratar alguém que não seja formado em Jornalismo. Mas por aí fora não vai haver organização nenhuma, a profissão vai ficar livre para gente de qualquer natureza. Gostaria que você ilustrasse esse seu ponto de vista, que também é meu.

José Hamilton — Antes de responder, gostaria de dizer que esta lei de regulamentação da profissão ainda é muito devagar e nós vamos arrotá-la ainda mais para fechar a brecha do fotógrafo e do ilustrador e do diagramador, que ainda existe, e depois ainda vamos lutar para o sindicato fazer prova de proficiência para fechar ainda mais.

Quanto à situação do Brasil, eu reconheço que é irreal exigir um diploma universitário de quatro anos e um piso profissional como está hoje para Estados como Mato Grosso, Piauí e outros. É a mesma história da professora leiga do Ceará que ganha metade do salário mínimo, enquanto que a professora de São Paulo pode lutar por seu salário. Qual é a situação que nós queremos? Queremos um Brasil com professores dignos, lutando por seus salários, fazendo greve, sindicatos fortes.

Carlos Eduardo — Passo a palavra para o professor Weffort formular suas perguntas.

Francisco Weffort — O Nascimento insistiu em dizer que existem áreas, como o Mato Grosso, em que a picaretagem na profissão é muito grande. Eu pergunto se a existência da lei é efetivamente um mecanismo de proteção à dignidade da profissão. Se efetivamente a dignidade da profissão não estaria mais na dependência da capacidade de organização da própria categoria profissional nos seus sindicatos.

Carlos Nascimento — Evidentemente que no Brasil a lei não garante nada. A lei não garante que a categoria se fortaleça com seus bons profissionais e seu sindicato forte.

Mas este fortalecimento passa necessariamente pela questão do diploma, da exigência legal de habilitação profissional para podermos distinguir bem o que é um jornalista profissional de carreira, que escolheu aquilo por opção, e o que é uma pessoa que quer fazer um bico de vez em quando.

Francisco Weffort — Minha segunda pergunta é dirigida ao Clóvis Rossi. Gostaria de entender melhor o argumento de que o ingresso na profissão de jornalista deveria estar condicionado à obtenção de um diploma qualquer de nível universitário. Porque eu tenderia a confiar mais no mercado, no funcionamento geral da competição profissional, de tal modo que as empresas acabassem optando sempre por pessoas de melhor qualidade profissional.

Clóvis Rossi — A exigência seria para atender a essa necessidade de não se abrir o mercado especialmente nas áreas menos desenvolvidas do país para proliferação real da picaretagem. E se você exige o diploma universitário você evidentemente não vai barrar a picaretagem, porque também há picaretas com diplomas universitários. Mas pelo menos você tenta impor determinados limites e ao mesmo tempo tenta evitar o achatamento salarial.

Carlos Eduardo — Vamos passar agora às três perguntas do José Hamilton Ribeiro.

José Hamilton — Eu queria perguntar para o Weffort qual é o raciocínio que ele faz para achar que o nível universitário não fortalece o jornalista como categoria?

Fortalecimento da categoria

Francisco Weffort — O que fortalece a categoria do jornalista ou de qualquer outra é em primeiro lugar o desenvolvimento dos meios de comunicação, ou do setor econômico em questão. O Brasil dos anos sessenta para cá se modernizou muito nas áreas de comunicação. Este processo de modernização não vem como efeito da lei e sim do desenvolvimento do mercado e do capitalismo na sociedade brasileira. Ou seja: a profissão de jornalista se consolidou em cima de um mercado de informações. A outra condição que eu vejo é o fortalecimento da atividade sindical. Posso imaginar que pessoas que não sejam jornalistas eventualmente colaborem em jornais, mas acho que elas não devem ser sindicalizadas. Eu por exemplo colaborei em jornais e nunca entrei num sindicato de jornalistas, a não ser a convite da diretoria. E nunca pretendi passar por jornalista, porque não sou da profissão. O meu sindicato é a Adusp.

José Hamilton — Tem gente afirmando que a exigência do diploma de jornalista restringe de certa maneira a livre expressão do pensamento. O que você pensa sobre isso?

Clóvis Rossi — Não é um raciocínio



CLÓVIS ROSSI

Clóvis Rossi, 43, nasceu em São Paulo, é jornalista, autor de dois livros sobre a profissão: "O que é Jornalismo?" e "Vale a Pena Ser Jornalista?". Formou-se em 1964 pela Fundação Cásper Líbero. Trabalhou no "Correio da Manhã", na antiga TV Excelsior, "O Estado de São Paulo", "Jornal do Brasil", "Jornal da República", entre outros. É repórter especial da Folha.

Exerceu várias funções jornalísticas — de redator a editor-chefe. Clóvis Rossi foi o primeiro jornalista a transmitir reportagem diretamente de Cuba ao Brasil, desde 1964.

meu. Não é por aí que se restringe a liberdade de expressão de um país. O que eu disse e insisto é que se você abrir a profissão de jornalista para todos os formados de diferentes ramos do conhecimento humano você amplia a liberdade e a possibilidade de manifestação do pensamento. Mas o raciocínio inverso não se aplica, a meu ver.

Carlos Eduardo — Passamos agora às perguntas do Clóvis Rossi.

Clóvis Rossi — Minha pergunta se dirige ao Carlos Nascimento. No recente episódio da doença do presidente Tancredino Neves, mais exatamente no dia da morte dele, uma repórter que tinha o diploma comentou ou definiu a morte do presidente da República com a seguinte frase: "A morte foi causada pela falência dos rins e pela falência dos corações". Você acha que um médico, com capacidade de comunicação, cometeria um erro desses?

Situação de emergência

Carlos Nascimento — Eu acredito que a expressão usada por essa repórter é muito mais própria dessa situação de emergência, fruto da emoção que a pessoa está vivendo, à qual todos nós estamos sujeitos. E nesse ponto é preciso ter um pouco mais de condescendência com os meios de comunicação eletrônicos, porque quem escreve para um jornal tem muito mais tempo para poder elaborar o seu texto, as suas idéias, as suas informações, e quem faz rádio ou televisão às vezes é pego num momento de pês descachos. Acho normal esse episódio e acho que isso não tem nada a ver com ter ou não diploma.

Clóvis Rossi — Eu perguntaria agora ao professor Weffort se ele tem uma proposta acabada ou se elaboraria mais profundamente essa questão da regulamentação das profissões. Você falou em deixar que a profissão se regule através do mercado, da competição...

Francisco Weffort — Estou propondo é um critério geral para se enfrentar esse tipo de tema. Porque qual o sentido que tem discutir a questão dos jornalistas no quadro de uma discussão sobre a nova Constituição? Não tem nenhum sentido. No quadro da discussão sobre a nova Constituição é um disparate, exceto se nós discutirmos critérios gerais que possam ser incorporados pela Constituição, relativos à dignidade das profissões em geral. A Constituição não pode tratar especificamente da questão dos jornalistas, dos médicos, dos advogados, dos sociólogos, dos engenheiros, isso não seria possível. O meu raciocínio em relação ao caso específico dos jornalistas é que com lei ou sem ela, os formados nas escolas de Jornalismo estariam chegando mesmo e tendem, estatisticamente, a ser jornalistas mais capacitados, em termos de regra geral.



CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Carlos Eduardo Lins da Silva, 33, secretário de redação da Folha, nasceu em Santos, a 72 km de São Paulo. Formado em jornalismo pela Fundação Cásper Líbero. Fez mestrado nos EUA, na Michigan University. Defendeu tese de doutoramento na ECA-USP, onde analisa e combate o mito da comunidade — sobretudo acadêmica — das comunicações, que vê o cidadão comum como um indivíduo incapaz de discernir nas entrelinhas dos telejornais apresentados no país. Muito Além do Jardim Botânico — título de sua tese — foi, em 1985, publicada em livro pela Summus Editorial. É professor de jornalismo na ECA-USP há dez anos.



JOSÉ HAMILTON RIBEIRO

José Hamilton Ribeiro, 50, nasceu em Santa Rosa do Viterbo, a 306 km de São Paulo. É jornalista e escritor. Entre outros veículos, trabalhou na Folha de 1958 a 1963 e na extinta revista Realidade. Foi professor de técnica de redação na Fundação Cásper Líbero, FAAP e Ojetivo. Atualmente é editor do programa "Globo Rural" e da revista de mesmo nome. Em 1968, trabalhando para a Realidade, perdeu uma perna no Vietnã — ao pisar em uma pequena mina. O fato levou-o a escrever o livro "O Gosto da Guerra". É autor, também, de "Kadivê" e "Pantanal, Um Amor Baguê".

Baeta critica Comissão Constituinte no Encontro de Jornalistas

Do Sursul de Brasil

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herman Assis Baeta, 53, disse na quinta-feira, em Brasília, que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais "deu mais uma demonstração de que é elitista e desnecessária ao discutir a obrigatoriedade ou não do diploma para o exercício da profissão de jornalista". Segundo ele, os representantes da categoria não foram ouvidos, porque "a comissão de notáveis não desce às massas, não vai às praças públicas. Ela discute assuntos secundários, acessórios, e deixa os temas fundamentais para as elites decidirem".

Baeta fez estas afirmações na abertura do Encontro Nacional dos Jornalistas sobre "Comunicação na Constituinte", na noite de anteontem, no auditório Petrônio Portela, do Senado. O encontro, que termina segunda-feira, às 10h, está sendo

promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com participação de 140 delegados dos 25 sindicatos da categoria em todo o país. Embora a questão do diploma não estivesse prevista em pauta, acabou predominando no debate de abertura.

O presidente da OAB afirmou que os trabalhadores precisam organizar-se para defender seus interesses. Disse que a liberdade de imprensa e os direitos humanos não saíram do papel, e que a comunicação precisa ter uma função social. Também defendeu a proposta do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, de criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social para estabelecer a política do setor.

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Audálio Dantas, 56, que também falou na abertura do encontro, acusou os donos de empresas jornalísticas de "tentarem der-

rubar a regulamentação profissional", a pretexto de pôr fim à obrigatoriedade do diploma. "Isto significa que se quer derrubar conquistas obtidas em anos de luta e quebrar a organização sindical", disse.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, Hélio Doyle, 35, condenou a censura, a Lei de Imprensa, "o monopólio da informação por grandes grupos econômicos e a campanha contra os cursos de comunicação". Também participaram do debate representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central Geral de Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional das Associações de Moradores, entre outros.

Automação

"Constituinte, Informática e Trabalho do Jornalista" foi um dos temas debatidos ontem no Encontro. Para os debatedores, o processo de

automação da imprensa escrita é inevitável, mas, segundo defendem, é preciso que as discussões em torno do assunto parta deste princípio para que os profissionais possam adequar-se à nova realidade.

O secretário de redação da Sursul de Brasília da Folha, Gilberto Dimenstein, 29, descreveu o processo implantado pelo jornal e disse que o principal beneficiado é o repórter. "E, quando o repórter é valorizado, quem ganha é o leitor", afirmou. Segundo Dimenstein, os repórteres da Folha serão cada vez mais responsáveis pela edição de seus textos, pois trabalharão diretamente com os terminais de computador.

O representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Francisco Gonçalves, disse que é importante resguardar, na nova Constituição, o direito de todos às informações dos bancos de dados. Afirmou também que é importante

garantir a participação dos trabalhadores na introdução de novas tecnologias.

Fernando Domingues, que representou a Associação Brasileira da Indústria de Computação (Abicomp), disse que o desenvolvimento da indústria de informática só faz sentido quando isto reflete em benefícios concretos à população.

Órgãos públicos

O professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), propôs que os órgãos públicos de comunicação sejam desatrelados do governo. Falando sobre o tema "Sistema Estatal, Sistema Público e Publicidade Oficial", ele sugeriu que a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) e a TV Educativa fossem dirigidas por um conselho, com participação majoritária de dirigentes de entidades representativas da sociedade.

O representante da Secretaria de Imprensa e Divulgação do Palácio do Planalto, César Amaral, disse que o atual governo defende a pluralidade ideológica, ouve a opinião pública e está aberto a críticas, pois acredita que isto faz parte do processo político. Disse que o presidente José Sarney tem procurado não intervir nos meios de comunicação, pois respeita o princípio de liberdade de expressão. Por isso, disse, o governo não usa os recursos destinados à publicidade para influenciar no conteúdo das publicações.

O diretor-superintendente da EBN, Luis Serrano, disse que desde que assumiu o cargo, há um ano, procurou transformá-la numa empresa jornalística, "pois antes ela fazia o anti-jornalismo". Afirmou que a EBN e as outras empresas oficiais ajudam o governo a tornar "transparentes" os seus atos. Hoje, a programação do encontro dos jornalistas é reservada a debate em grupos.